

COMUNICADO DA D.G.P.

Realizou-se na passada quarta-feira uma Assembleia Magna amplamente convocada pela Direcção Geral Provisória.

Como ponto prévio, já inscrito nas convocatórias foi apresentada a questão da nossa ratificação. Desde início várias posições se distinguiram. Uma foi aquela que triunfalista antevia a não ratificação e adiantava já novas listas onde se prontificavam em entrar em coligações que repudiaram na penúltima A.M.. Uma outra apelando à abstenção, não fazia senão o jogo dos reformistas considerando que votar favoravelmente na lista proposta pelos Núcleos Sindicais era dar-lhes força e representatividade que não tinham. Finalmente a posição que defendemos era a que a nossa ratificação era importante neste momento para não permitir manobras a todos os oportunistas no sentido de isolar a luta dos estudantes da luta mais geral do Povo Português, lançando a confusão principalmente a nível dos órgãos de informação, e escamoteando a votação massiva da demissão da D.G. reformista e fazendo grande alarde dos 126 votos que elegeram a D.G.P. e das 260 abstenções.

Ora os núcleos sindicais sempre defenderam e defendem que a verdadeira representatividade não se conquista exclusivamente através de votos mas sim através de uma orientação progressista para o movimento e da própria luta. O que pretendíamos com a ratificação era a continuação da luta consequente contra o reformismo, não dando campo a manobras e isolando-o no momento em que atravessa uma grave crise a nível nacional.

As intervenções de um modo geral tornaram-se, como já tem sido habitual nas últimas Assembleias em discussões em defesa de interesses de grupo que não mobilizam as largas massas estudantis quando pontos importantes e prementes, como o caso do serviço cívico e das prisões em Mafra, assim como a questão do aparelho técnico e do quorum são relegados para segundo plano. Assim se explica que mais uma vez não se entrasse na ordem do dia e se assista a uma grande desmobilização em relação às A.M. pois as discussões estéreis têm tomado lugar predominante em que as discussões políticas se têm sobreposto a fraseologia oca e triunfalista que longe de levar os estudantes a radicar numa posição progressista e revolucionária apenas poderá contribuir para o seu afastamento da luta.

Mais uma vez uma A.M. foi interrompida por falta de quorum, mais uma vez problemas importantes não foram sequer discutidos, sendo a A.M. adiada para a noite.

Face à impossibilidade de continuação da A.M. à noite, por falta de número representativo de estudantes para a sua efectivação, realizou-se uma R.G.A. com cerca de 400 estudantes presentes.

A ordem de trabalhos aprovada, incluía em tre outros pontos, a tomada de posição face ao doutoramento do Holandês N. Van Uden que se realizaria no dia 18, a tomada de posição face às prisões de Mafra e o problema do serviço cívico.

Uma vez que o primeiro ponto era de extrema importância e exigia dos estudantes presentes uma decisão imediata, a discussão da O.T. da R.G.A. ficou-se exclusivamente por este ponto.

A denúncia do doutoramento do Holandês N. Van Uden, tinha chegado ao conhecimento da D.G.P. da A.A.C. através de uma carta anónima em que se punha em dúvida o carácter democrático do doutoramento e do próprio doutorando e onde se referia que o doutorando teria sido elemento dos S.S. Alemães, protegido do fascista Salazar e implicado na intentona do 28 de Setembro.

Face a estes dados e através de uma viva discussão inserida na luta mais geral contra o fascismo, os estudantes presentes na R.G.A., tomaram uma posição firme e decidiram das formas práticas para impedir e boicotar o referido doutoramento.

Assistiu-se ainda nessa R.G.A. à intervenção provocatória e boicotadora da discussão por parte de um estudante, que vem no seguimento de intervenções esporádicas assumidas por outros elementos afectos ao mesmo grupo em anteriores Assembleias e reuniões.

Numa cabal manifestação de degenerescência pequeno-burguesa caluniaram da forma mais vil a luta dos estudantes progressistas e a luta mais geral do Povo Português, chegando ao ponto de afirmarem que o que os estudantes progressistas pretendem é "apontar as armas contra o proletariado" (sic) e trair a sua luta.

Tal afirmação é da mais pura reacção, própria da PIDE antes do 25 de Abril, e denuncia claramente a posição de colaboração com a burguesia que esses elementos assumem.

Tal como na R.G.A., e para impedir semelhantes afrontos e provocações, a posição dos estudantes progressistas terá de ser uma posição firme que impeça na prática semelhantes intervenções. Com indivíduos desta estirpe, não pode haver discussão ideológica e só a sua expulsão das nossas reuniões, poderá ser garantia da continuação da luta anti-reformista que os estudantes travam em todo o País e em particular aqui em Coimbra.

Em última análise, e tal como na R.G.A., semelhantes intervenções são bons contributos para a campanha de calúnias que os reformistas tentam lançar para isolar a luta estudantil das massas populares. Os reformistas aproveitarão todas as oportunidades e os factos ocorridos na R.G.A. são uma delas, para lançarem a confusão no seio da população e impedir que as massas populares tomem perfeito conhecimento do combate anti-reformista em que estamos empenhados.

Também não é por acaso que aquando desses acontecimentos na R.G.A., tivesse aparecido uma cadeira desmantelada na ala direita do Gil Vicente, sector bem conhecido dos estudantes. Também no fim da reunião um estudante denunciou o facto de um elemento situado nessa mesma ala direita, ter gravado ou tentar gravar a R.G.A. e particularmente o momento em que os estudantes impediram a continuação da intervenção anteriormente descrita.

Estes factos são bastante elucidativos dos objectivos dos reformistas!

Na sequência da decisão tomada na R.G.A., os estudantes ocorreram em elevado número aos Gerais, firmemente dispostos a boicotar o doutoramento caso se apurasse a veracidade dos factos indicados, e a aplicar o justo correctivo ao personagem em questão.

Após a informação por parte do candidato ao doutoramento, das acusações que lhe eram movidas, foi decidido em conjunto a ida para a A.A.C., onde se procuraria recolher todos os elementos que pudessem esclarecer os estudantes presentes acerca do matiz político do referido "Doutor". Nesse sentido, foi contactada a Comissão de Trabalhadores da Gulbenkian, onde o doutorando desenvolve a sua actividade profissional. Relativamente às actividades políticas anteriores ao 25 de Abril, nenhum dos factos constantes da acusação pode ser comprovado. No entanto, no que respeita à sua actuação após o golpe militar, a Comissão de Trabalhadores informou-nos da total confiança que lhe inspira o respectivo indivíduo. Também foi consultada a Comissão de Extinção da ex-PIDE e a AEPPA, sem que nada se confirmasse.

Assim entenderam os estudantes não haver motivos políticos suficientes para levar à prática a sua justa decisão de saneamento, mostrando claramente a firme determinação de desenvolver um combate sem tréguas contra o fascismo.

Deste processo de luta, há que extrair duas importantes conclusões: 1ª O saneamento deve ser decidido e levado à prática pelas massas estudantis, verdadeiramente interessadas em limpar as escolas do lixo acumulado durante anos. Demonstrou este processo que os estudantes não necessitam de recorrer a Comissões de saneamento restritas a meia dúzia de elementos para averiguação dos factos que incriminam estas personalidades. Essas Comissões tudo têm feito para adiar os processos, continuando ainda à espera de "justificação legal" para expulsar notórios fascistas. Quando muito, constituíam-se Comissões Amplas abertas para o apuramento das provas concludentes em casos duvidosos. Neste caso, nem sequer se tornou necessário nenhuma Comissão de saneamento para os estudantes recolherem os elementos necessários à confirmação ou desmentido da acusação que impedia sobre o doutoramento de ontem.

Caso os factos incriminatórios fossem confirmados, pois seriam imediatamente tomadas medidas colectivas, visando impedir a continuação desse indivíduo em qualquer dos postos que ocupa;
2º A carta anónima recebida pela D.G.P., face à não confirmação dos factos que refere, pode constituir mais uma manobra no sentido de lançar os estudantes para acções a explorar por oportunistas de todas as espécies com vista a desacreditar as suas justas lutas aos olhos da população intentando o isolamento entre as lutas estudantis e as lutas do Povo Português. É esta uma prática muito generalizada nos últimos tempos. Com efeito, após a massiva demissão da anterior Direcção, tudo têm feito os reformistas para tentar criar a ideia de que aquilo que se passou na A.A.C. mais não é que o assalto às instalações Associativas por parte de um "bando de esquerdistas", empenhados em fazer distúrbios.

Efectivamente, esta vil campanha dos reformistas, que é uma descarada provocação a todos os estudantes progressistas que, reconhecendo o seu carácter traidor os expulsaram da A.A.C., apenas visou virar as massas populares contra os estudantes.

No entanto, a classe operária e o Povo Português compreendem cada vez mais claramente quem são os seus amigos e quem são os seus inimigos, votando ao maior desprezo todos aqueles que apenas têm deturpado e caluniado as suas lutas.

Apelamos, portanto, para os estudantes no sentido de se manterem vigilantes e desmascaram a campanha de calúnias lançada pelos reformistas e também de isolarem todos aqueles que pretendem sabotar a nossa luta.

MORTE AO FASCISMO!

CONTRA O REFORMISMO E O OPORTUNISMO!

POR UMA ASSOCIAÇÃO PROGRESSISTA!

AO SERVIÇO DO POVO VENCEREMOS!

COIMBRA, 19/12/74

DIRECÇÃO GERAL PROVISÓRIA